SEVEN publicações acadêmicas

# DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA EJA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

https://doi.org/10.56238/sevened2025.001-008

**Jefferson Fellipe Jahnke**
Doutor em Educação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
E-mail: jefefellipe6@yahoo.com.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0387-549X
LATTES: http://lattes.cnpq.br/3974682955816706

**RESUMO**
Este artigo baseia-se em um relato de experiência realizado durante um estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola municipal de Curitiba. O estudo busca relatar e examinar os desafios enfrentados, as práticas pedagógicas implementadas e os efeitos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, centrada na análise de experiência, com dados obtidos por meio de observações participantes, análise documental e intervenções pedagógicas planejadas. Os resultados revelaram a complexidade de trabalhar com um grupo heterogêneo de alunos provenientes de diversas faixas etárias e contextos sociais, além de ressaltar a necessidade de práticas pedagógicas adaptáveis, inclusivas e alinhadas às realidades dos estudantes. Estratégias como o uso de jogos educativos e metodologias interdisciplinares mostraram-se eficientes para promover o engajamento dos alunos e fortalecer sua autonomia. Contudo, desafios como a evasão escolar, a falta de infraestrutura adequada e as limitações na formação dos professores foram identificados como obstáculos significativos. As conclusões indicam a importância da EJA como um meio de inclusão social e cidadania, sublinhando a necessidade de uma maior articulação entre políticas públicas, formação continuada de docentes e investimentos em infraestrutura. O artigo contribui para o debate sobre a importância de práticas pedagógicas contextualizadas e reflexivas na EJA, reforçando seu papel transformador na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Práticas Pedagógicas. Relato de Experiência. Inclusão Social. Cidadania.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial no enfrentamento das desigualdades educacionais históricas do Brasil, oferecendo uma segunda oportunidade de escolarização para aqueles que, por diferentes razões, tiveram seus processos educativos interrompidos ou não concluídos. Essa modalidade de ensino não se limita à alfabetização, mas abrange a promoção da cidadania e o fortalecimento da inclusão social, conectando os saberes escolares às realidades vivenciadas pelos educandos. Conforme aponta Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade, capaz de transformar vidas e reescrever trajetórias.

O contexto atual da EJA reflete os avanços e desafios das políticas públicas educacionais, desde o reconhecimento do direito à educação pela Constituição Federal de 1988 até as limitações na implementação de programas efetivos. Dados recentes do IBGE (2022) mostram que mais de 11 milhões de brasileiros permanecem analfabetos, evidenciando a necessidade urgente de estratégias que respondam às demandas dessa população. Além disso, a evasão escolar, a precariedade estrutural e a inadequação de currículos são questões recorrentes que impactam diretamente a efetividade dessa modalidade de ensino (Souza e Carvalho, 2020).

Este artigo tem como finalidade relatar e examinar as experiências de um estágio supervisionado realizado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola municipal de Curitiba. A pesquisa investiga os desafios enfrentados, as metodologias aplicadas e os impactos das práticas pedagógicas na aprendizagem dos alunos. Com uma abordagem qualitativa e utilizando o método de relato de experiência, o estudo busca enriquecer o debate acadêmico sobre a importância da EJA e sua capacidade de promover transformações sociais.

A introdução ao campo prático evidencia a diversidade do público atendido, composto por estudantes com diferentes idades, contextos culturais e trajetórias pessoais. Essa pluralidade demanda do educador um planejamento pedagógico flexível que reconheça os saberes prévios dos alunos e incentive práticas significativas. De acordo com Lima e Oliveira (2022), a adoção de metodologias ativas e interdisciplinares é essencial para envolver os estudantes da EJA, permitindo a construção de conhecimentos que se conectem às suas realidades.

O trabalho está organizado em seções que, inicialmente, exploram o marco legal e político da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A seguir, realiza-se uma análise das demandas sociais associadas a essa modalidade de ensino, bem como das metodologias adaptadas a esse cenário. Posteriormente, são apresentados os resultados e as discussões fundamentadas nas experiências práticas. Por último, as considerações finais destacam as aprendizagens obtidas e as oportunidades de progresso na área.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O MARCO LEGAL E POLÍTICO DA EJA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que ganhou relevância constitucional com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Considerada a "Constituição Cidadã", este marco legal reconhece a educação como direito fundamental e estabelece diretrizes claras para garantir o acesso à educação como instrumento de cidadania e inclusão social. No entanto, ao longo dos anos, a implementação dessas diretrizes enfrentou desafios significativos relacionados à descentralização, financiamento e eficácia das políticas públicas voltadas para a EJA.

A Constituição Federal de 1988 marca uma transformação significativa na educação do Brasil ao instituir, no artigo 205, que a educação constitui um direito universal e uma responsabilidade compartilhada pelo Estado e pela família. A implementação desse direito requer a cooperação da sociedade, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205). Além disso, o artigo 208 reitera a exigência de oferecer ensino fundamental gratuito, abrangendo também aqueles que não tiveram a oportunidade de cursá-lo na idade adequada (Brasil, 1988, art. 208). Esse aspecto é crucial para entender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um mecanismo para corrigir desigualdades históricas no país.

A Emenda Constitucional nº 14, de 1996, alterou o panorama ao delegar aos municípios a responsabilidade pela gestão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Vieira, 2004a). Essa reestruturação, ainda que visasse tornar a gestão educacional mais alinhada às necessidades locais, acabou por trazer diversos desafios, em particular quanto à garantia de financiamento adequado e à manutenção de um padrão uniforme de qualidade no ensino. Outro aspecto significativo é a inter-relação entre o direito à educação e a cidadania.

Conforme Haddad (2015), a EJA historicamente enfrenta marginalização devido à ausência de vontade política e de investimentos apropriados. Ele ressalta que o êxito dessa modalidade depende fortemente da conexão entre a educação de adultos, o desenvolvimento social e programas complementares que busquem melhorar a qualidade de vida. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 reforça as diretrizes constitucionais ao estabelecer que a EJA deve ser oferecida a todos os cidadãos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade apropriada.

A evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) demonstra que seu progresso está intrinsecamente vinculado aos contextos políticos e sociais. Durante o regime militar, por exemplo, iniciativas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) assumiram um viés assistencialista. Já nos anos 80, com a redemocratização, a educação foi reconhecida como um direito inalienável. A Constituição de 1988 garante que a educação deve ser inclusiva, democrática e

orientada para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No entanto, assegurar esse direito exige investimentos consistentes, capacitação docente e políticas públicas eficazes que superem desigualdades sociais e econômicas históricas.

O quadro legal e político da EJA, estabelecido na Constituição Federal de 1988, lançou as bases para democratizar o acesso à educação no Brasil. Apesar dos avanços substanciais, ainda há desafios na implementação de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e formação contínua dos profissionais da EJA. A descentralização trouxe vantagens, mas também aumentou a responsabilidade dos municípios, que frequentemente enfrentam limitações estruturais e financeiras. Portanto, é essencial fortalecer as políticas públicas direcionadas à EJA, por meio de ações coordenadas entre União, Estados e Municípios, garantindo que a educação de jovens e adultos cumpra seu papel transformador na sociedade brasileira.

## 2.2 DEMANDAS SOCIAIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil emergiu como uma resposta às necessidades sociais historicamente desconsideradas, espelhando desigualdades estruturais profundas que ainda prevalecem no país. Mais do que uma modalidade de ensino, a EJA simboliza um compromisso social com a inclusão, cidadania e democratização do acesso à educação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida com a cooperação da sociedade, com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento pessoal, a preparação para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

Este marco legal destacou a educação de jovens e adultos no sistema educacional, reconhecendo a necessidade de políticas públicas específicas para atender a essa demanda. Entretanto, a implementação deste direito enfrenta desafios significativos, como a evasão escolar, a precariedade das infraestruturas e a ausência de programas sociais eficazes. O direito à educação para jovens e adultos transcende o simples ato de alfabetizar, sendo uma ferramenta poderosa para inclusão social, capaz de mitigar desigualdades, ampliar oportunidades no mercado de trabalho e promover o exercício pleno da cidadania.

A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil demonstra um padrão persistente de políticas descontínuas, frequentemente caracterizadas por programas assistencialistas que, em muitos casos, não atenderam às reais necessidades dessa população. Durante o período do regime militar, por exemplo, iniciativas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foram implementadas com um foco meramente funcional, mais preocupadas em gerar estatísticas favoráveis do que em proporcionar uma aprendizagem significativa e transformadora (Beisiegel, 2012).

Esse histórico ajudou a consolidar uma percepção equivocada sobre a EJA, frequentemente vista como uma forma de educação inferior, destinada àqueles que não obtiveram sucesso no ensino regular. Com a redemocratização do país, surgiu uma nova perspectiva para a EJA, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 reforçou essa garantia, estipulando que a EJA deve ser oferecida a todos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, respeitando suas especificidades e necessidades (Vieira, 2004b). No entanto, essas garantias legais não foram suficientes para superar as barreiras estruturais que historicamente excluíram jovens e adultos do sistema educacional.

De acordo com dados do IBGE (2022), mais de 11 milhões de brasileiros ainda são analfabetos, sendo que uma grande parte dessa população está na faixa etária atendida pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses números evidenciam não apenas a falta de acesso, mas também a ausência de políticas públicas eficazes que respondam às demandas específicas dessa modalidade de ensino. As demandas sociais da EJA são variadas e refletem a complexidade desse desafio. Uma das principais necessidades consiste na oferta de horários flexíveis, especialmente à noite, já que muitos alunos trabalham durante o dia e dependem dessa flexibilidade para continuar estudando. Além disso, é necessário adaptar os currículos à realidade desses estudantes, valorizando seus conhecimentos prévios e conectando o conteúdo pedagógico às suas experiências cotidianas e necessidades práticas.

Outro aspecto crucial é a formação adequada dos professores que atuam na EJA. Esses profissionais devem estar preparados para lidar com um público diversificado, composto por indivíduos de diferentes idades, níveis de escolaridade e contextos socioeconômicos. Haddad (2015) enfatiza que a atuação docente na EJA exige uma abordagem pedagógica diferenciada, que leve em consideração as especificidades dos alunos atendidos e promova um ambiente de aprendizagem inclusivo e motivador.

O material didático utilizado na EJA também deve ser adequado às características dos estudantes. Muitas vezes, observa-se o uso de materiais descontextualizados ou infantilizados, que não dialogam com a realidade dos alunos e acabam desmotivando-os. A inclusão digital é outro desafio relevante, especialmente em um contexto onde as tecnologias desempenham um papel central no processo de ensino-aprendizagem. Muitos alunos da EJA não têm acesso regular a computadores ou à internet, o que limita suas oportunidades de aprendizagem e exclui-os de práticas pedagógicas mais contemporâneas. Diante dessas demandas, políticas públicas robustas e contínuas tornam-se essenciais para garantir que a EJA cumpra seu papel social. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas específicas para a EJA, incluindo a erradicação do analfabetismo e a ampliação do número de matrículas. No entanto, a implementação dessas metas tem sido limitada por desafios

orçamentários, falta de infraestrutura adequada e dificuldades na articulação entre os diferentes níveis de gestão educacional.

A evasão escolar continua sendo um dos principais desafios enfrentados pela EJA. Muitos alunos abandonam os cursos devido à sobrecarga de trabalho, dificuldades financeiras ou à falta de suporte psicossocial. Programas de assistência social, como bolsas permanência, transporte escolar gratuito e alimentação adequada, são fundamentais para combater esse problema e garantir apoio financeiro para permanência dos alunos na escola. Além disso, é preciso superar o estigma social que ainda acompanha a EJA. Muitos estudantes carregam consigo sentimentos de fracasso e vergonha, resultantes de uma cultura que associa a educação de adultos ao insucesso no ensino regular. Para Freire (1996), a educação de adultos deve ser compreendida como um processo de conscientização, no qual os alunos são estimulados a refletir criticamente sobre sua realidade e a agir de forma transformadora.

Dessa forma, as necessidades sociais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vão além da simples oferta de vagas ou da entrega de materiais didáticos. É necessário que se elaborem políticas públicas integradas, que considerem as especificidades dessa modalidade de ensino e promovam efetivamente a inclusão educacional. É fundamental garantir que o direito à educação, assegurado pela Constituição brasileira, não seja apenas um princípio jurídico; deve se tornar uma prática concreta capaz de transformar vidas e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. Somente assim será possível romper o ciclo de exclusão que há décadas aflige milhões de brasileiros e garantir que a EJA cumpra seu verdadeiro papel como instrumento de emancipação social e cidadania (Benvenutti e Paulo, 2024).

## 2.3 METODOLOGIAS DE ENSINO ADAPTADAS À EJA

As abordagens educacionais direcionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) são essenciais para o processo de aprendizagem, pois precisam ser adaptadas às particularidades desse público diversificado, que apresenta características e necessidades únicas. Além de aplicar métodos pedagógicos convencionais, o ensino na EJA demanda a utilização de estratégias flexíveis, inclusivas e significativas, que se conectem com as experiências de vida, os conhecimentos prévios e as realidades sociais dos alunos.

Como enfatiza Freire (1987), a prática pedagógica na EJA deve se fundamentar no diálogo, no respeito à trajetória individual de cada estudante e na construção colaborativa do saber. Um dos principais desafios para as metodologias de ensino na EJA é superar a visão tradicional de educação, que frequentemente se baseia na simples transmissão de conteúdo. Muitos estudantes dessa modalidade já tiveram experiências negativas no sistema educacional formal, marcadas pelo fracasso escolar, reprovações e exclusão. Nesse sentido, as metodologias ativas surgem como uma alternativa

eficaz, ao colocar os alunos no centro do processo de aprendizagem e estimular sua participação ativa e reflexiva.

As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (ABP), aprendizagem colaborativa e resolução de problemas, têm se mostrado eficazes no contexto da EJA. De acordo com Santos et al. (2024), essas abordagens permitem que os estudantes relacionem os conteúdos abordados com situações concretas do seu cotidiano, facilitando a construção de conhecimentos significativos. Por exemplo, um projeto interdisciplinar que envolva temas como educação financeira, saúde e meio ambiente pode ser desenvolvido de forma prática e contextualizada, estimulando o protagonismo dos alunos e seu engajamento no processo de aprendizagem.

A pedagogia dialógica, defendida por Paulo Freire, é outra metodologia fundamental para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo Freire (1987), o diálogo se configura como uma ferramenta fundamental na construção do conhecimento, pois possibilita a troca de saberes entre educador e educando, superando a relação hierárquica convencional. Na EJA, o educador não deve se limitar a ser um mero transmissor de conteúdos; ele precisa atuar como um mediador que facilita o aprendizado, valoriza os conhecimentos prévios dos estudantes e promove a reflexão crítica sobre suas realidades.

As rodas de conversa também são uma estratégia pedagógica eficaz na EJA. Elas criam espaços abertos para o diálogo, nos quais os alunos podem compartilhar suas experiências, opiniões e conhecimentos, enriquecendo o processo educativo. Conforme aponta Valle (2024), as rodas de conversa contribuem para a construção de vínculos com as pessoas envolvidas, promovendo um ambiente mais acolhedor e colaborativo. Além disso, permitem que o educador identifique as demandas específicas dos alunos e adapte suas práticas pedagógicas de acordo com essas necessidades.

Outra metodologia importante na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a utilização de materiais didáticos contextualizados. Muitos alunos dessa modalidade não se reconhecem nos livros e recursos convencionais do ensino regular, que muitas vezes desconsideram suas realidades e vivências. Portanto, é essencial que os materiais didáticos empregados na EJA sejam adaptados, priorizando uma linguagem acessível, exemplos concretos e temas significativos para os estudantes. Golinelli e Campanerut (2024) destacam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta diretrizes relevantes para o desenvolvimento de currículos e materiais que considerem a diversidade cultural e social dos alunos.

A tecnologia também desempenha um papel importante nas metodologias de ensino adaptadas à EJA. O uso de plataformas digitais, aplicativos educacionais e recursos multimídia pode tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas. No entanto, é importante garantir que todos os alunos tenham acesso às tecnologias necessárias e que os educadores estejam capacitados para utilizá-las de forma

pedagógica. Conforme ressalta Arroyo (2021) a inclusão digital na EJA não deve ser vista apenas como um recurso técnico, mas como uma ferramenta para promover a cidadania e a inserção no mercado de trabalho.

As metodologias interdisciplinares também ganham destaque na EJA. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, é possível abordar temas de forma mais abrangente e significativa. Um exemplo prático seria trabalhar questões ambientais por meio de atividades que envolvam conceitos de biologia, matemática, geografia e cidadania. Segundo Beisiegel (2012), a interdisciplinaridade na EJA permite que os alunos compreendam a relação entre os conteúdos aprendidos e suas aplicações no mundo real.

Além disso, é essencial considerar as metodologias baseadas na aprendizagem experiencial. Muitos alunos da EJA trazem consigo um vasto repertório de experiências adquiridas ao longo da vida, seja no trabalho, na família ou na comunidade. Essas experiências devem ser valorizadas e incorporadas ao processo de aprendizagem, criando conexões entre o conhecimento formal e o conhecimento prático. Schneeberger et al. (2024) destacam que a valorização das experiências de vida dos alunos é fundamental para promover uma aprendizagem mais significativa e motivadora.

Outro aspecto relevante é a necessidade de formação continuada para os professores da EJA. Muitos docentes não recebem preparo adequado para lidar com as especificidades dessa modalidade, o que pode comprometer a eficácia das metodologias adotadas. Como apontam Pereira e Sant'Anna (2024), investir na formação docente é essencial para garantir que os educadores estejam preparados para utilizar metodologias inovadoras e adaptadas ao contexto da EJA.

Por fim, é importante destacar que as metodologias de ensino na EJA devem ser continuamente avaliadas e aprimoradas. A reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, aliada ao diálogo constante com os alunos, permite identificar falhas, ajustar estratégias e potencializar os resultados. Como ressalta Beisiegel (2012), a avaliação das metodologias deve ser um processo colaborativo, envolvendo todos os atores do processo educativo. As metodologias de ensino adaptadas à EJA devem ser flexíveis, dialógicas, contextualizadas e interdisciplinares. Elas devem respeitar as realidades dos estudantes, valorizar seus saberes prévios e promover uma aprendizagem significativa e emancipatória.

Para que isso seja possível, é necessário investir na formação continuada dos educadores, no uso adequado das tecnologias, na elaboração de materiais didáticos contextualizados e na promoção de uma gestão escolar democrática e participativa. Somente assim será possível garantir que a EJA cumpra seu papel como instrumento de inclusão, transformação social e construção da cidadania.

## 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, organizada como um relato de experiência realizado durante o estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola municipal de Curitiba. Segundo Bogdan e Biklen (2014), essa abordagem qualitativa é especialmente importante para entender as práticas pedagógicas em ambientes educativos, pois possibilita uma análise reflexiva e contextualizada das experiências vivenciadas ao longo do estágio.

### 3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo se apresenta como um relato de experiência que visa relatar e examinar sobre as vivências e aprendizados adquiridos durante o estágio. Esses relatos são considerados ferramentas importantes para conectar teoria e prática, favorecendo uma análise crítica das situações encontradas no ambiente educacional. O principal objetivo foi registrar as ações executadas, os desafios superados e os efeitos das práticas pedagógicas que foram observadas e aplicadas.

### 3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal situada em Curitiba, a qual atende jovens e adultos que enfrentam dificuldades com a escolaridade. A instituição desenvolve um Projeto Político Pedagógico (PPP) voltado para a inclusão social e educacional, priorizando metodologias que se conectem com as experiências de vida e os conhecimentos prévios dos alunos. O público-alvo do estágio compreendia estudantes de diversas idades, variando entre 20 e 67 anos, o que demandou a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e adaptadas às suas realidades.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio das seguintes estratégias:

- Observação Participante: Durante o estágio, foram realizadas observações sistemáticas em sala de aula, com registro detalhado das interações entre estudantes, professores e o conteúdo pedagógico. As observações envolveram atividades como aulas de Matemática, Língua Portuguesa e História, além de eventos extracurriculares, como o "Show de Talentos - EJA 2024".
- Análise Documental: O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e outros documentos institucionais foram analisados para identificar diretrizes pedagógicas, estratégias de gestão e os objetivos educacionais específicos da EJA.

- Intervenções Pedagógicas Planejadas: Foram implementadas atividades práticas de regência, como aulas de Língua Portuguesa focadas em formação de palavras e regras ortográficas, utilizando recursos como cruzadinhas, caça-palavras e exercícios práticos.

## 2.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

No estudo, os dados foram analisados com base nos princípios estabelecidos por Bardin (2016) quanto à análise de conteúdo. Os registros provenientes dos diários de campo, assim como as informações relacionadas às intervenções pedagógicas, foram organizados em categorias temáticas, tais como o engajamento dos estudantes, os desafios enfrentados no processo de aprendizagem e as estratégias inclusivas adotadas. A triangulação dos dados, que incluiu observações, análises documentais e intervenções, garantiu uma maior consistência nas conclusões obtidas.

## 2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Algumas limitações foram identificadas no desenvolvimento do estudo:

- Duração do Estágio: O tempo limitado do estágio reduziu as oportunidades de aprofundar observações e implementar práticas pedagógicas mais extensas.
- Contexto Restrito: O estudo foi realizado em uma única instituição, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos da EJA.

## 2.6 REFLEXÕES SOBRE A METODOLOGIA

A adoção da abordagem qualitativa, aliada à metodologia de relato de experiência, revelou-se extremamente eficaz para capturar e refletir sobre as complexidades inerentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Através de técnicas específicas de coleta e análise de dados, como as observações participativas, foi possível desvelar as vivências singulares dos alunos e os desafios multifacetados enfrentados pelos educadores nesse contexto.

Esta metodologia não apenas atende aos propósitos deste estudo, mas também promove uma perspectiva crítica e reflexiva na formação dos docentes, essencial para responder às demandas particulares da EJA. Enfatiza-se a necessidade de uma abordagem pedagógica adaptativa, que reconheça a heterogeneidade dos perfis dos estudantes e a dinâmica de suas trajetórias de vida.

Criticamente, é importante ressaltar que, embora a metodologia qualitativa enriqueça o entendimento das experiências individuais, ela impõe limites à generalização dos achados. Assim, sugere-se que futuras investigações considerem a triangulação de métodos para ampliar a robustez das conclusões e explorar potenciais desdobramentos teóricos e práticos. Além disso, a análise crítica deve incorporar uma reflexão contínua sobre o papel do educador como agente de transformação social, capaz de adaptar práticas pedagógicas frente aos desafios emergentes do século XXI.

## 4 RESULTADOS

Os dados coletados durante o estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) revelam a complexidade e os desafios inerentes à prática pedagógica em um ambiente marcado por diversas particularidades e demandas educativas. A observação e intervenção pedagógica destacaram elementos cruciais na interação entre alunos e educadores, na gestão escolar e no impacto das metodologias utilizadas no processo de aprendizagem.

Desafios Educacionais: Os alunos enfrentam dificuldades significativas em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático, frequentemente associadas a interrupções educacionais em fases anteriores. Freire e Soares (2020) afirmam que a EJA requer uma abordagem além da mera transmissão de conteúdos, envolvendo práticas que dialoguem com as experiências dos estudantes. Isso foi evidente nas aulas de Matemática, onde materiais concretos e exemplos do dia a dia, como frações relacionadas ao consumo doméstico, ajudaram na compreensão dos conceitos básicos.

Valorização dos Saberes Prévios: O estágio evidenciou a importância de práticas pedagógicas que respeitam e valorizam os conhecimentos prévios dos alunos. Loch e Martins (2019) sugerem que a EJA deve promover um reconhecimento da diversidade cultural e social dos participantes. Esta concepção se materializou em atividades como cruzadinhas e caça-palavras, que permitiram aos alunos identificar termos e expressões do seu cotidiano, incentivando o aprendizado e promovendo um senso de pertencimento e valorização identitária.

Desafios de Gestão e Infraestrutura: Embora recursos como laboratório de informática e quadra poliesportiva estivessem disponíveis, algumas áreas precisavam de adaptações para atender alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Moraes (2021) ressalta que a inclusão na EJA requer investimentos contínuos em acessibilidade e formação docente para atender às necessidades específicas deste público.

Interdisciplinaridade no Currículo: A interdisciplinaridade foi um elemento central no currículo da EJA. Santos e Ribeiro (2023) indicam que a integração das diferentes áreas do conhecimento é fundamental para que os estudantes compreendam os conteúdos de maneira ampla e conectada às suas realidades. Durante o estágio, aulas que combinavam História e Língua Portuguesa, com temas como a "Invenção da Roda", proporcionaram uma compreensão mais significativa dos conteúdos, conectando-os às experiências dos alunos.

Engajamento Estudantil: O envolvimento dos alunos nas atividades práticas destacou-se positivamente. Lima e Oliveira (2022) observam que metodologias ativas na EJA podem ser determinantes para o sucesso no ensino-aprendizagem. Durante o estágio, jogos educativos e dinâmicas de grupo mostraram-se eficazes para estimular a participação ativa e fortalecer a interação entre os alunos.

Relação Educador-Estudante: A conexão entre o estagiário e os alunos evidenciou a importância do vínculo pedagógico na EJA. Arroyo (2021) enfatiza que o educador deve manter uma postura dialógica, construindo relações de confiança e respeito mútuo. Este vínculo foi essencial para superar barreiras iniciais, como a resistência de alguns alunos em participar das atividades.

Formação Docente: A análise revelou lacunas na formação docente para a EJA. Gonçalves e Prado (2023) apontam que a formação inicial dos professores frequentemente não abrange as especificidades desta modalidade de ensino, comprometendo a qualidade das práticas pedagógicas.

Espaço de Ressignificação: A EJA se mostrou um espaço de ressignificação de identidades e projetos de vida. Costa e Almeida (2024) destacam que a EJA não se limita à educação formal, funcionando também como um instrumento de emancipação social e cultural.

Necessidade de um Currículo Flexível: Finalmente, a análise dos resultados ressalta a necessidade de um currículo mais flexível e adaptado às realidades dos estudantes da EJA, conforme Zabala (2018). Durante o estágio, práticas pedagógicas que valorizavam a experiência de vida dos estudantes conseguiram em parte atingir esse objetivo, mas ainda há um caminho a percorrer para consolidar um currículo verdadeiramente inclusivo e transformador.

## 5 DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste estudo evidenciam os desafios e as potencialidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no que se refere à diversidade do público atendido e à necessidade de práticas pedagógicas flexíveis. A análise revelou que, embora a EJA desempenhe um papel essencial na promoção da inclusão social e educacional, ainda enfrenta barreiras estruturais e metodológicas que dificultam sua plena efetividade.

Um dos principais desafios identificados foi a evasão escolar, um problema recorrente nessa modalidade de ensino. Conforme apontado por Haddad (2015), a permanência dos estudantes na EJA está diretamente relacionada à oferta de um currículo significativo e à implementação de políticas públicas que garantam condições adequadas para o aprendizado. A pesquisa demonstrou que a sobrecarga de responsabilidades, como trabalho e família, muitas vezes leva os alunos a interromper seus estudos, o que reforça a necessidade de programas de incentivo, como bolsas de estudo e assistência social.

A formação docente, muitas vezes, não abrange as especificidades do ensino para jovens e adultos, um aspecto relevante destacado por Gonçalves e Prado (2023), que afirmam que atuar na EJA exige um preparo pedagógico diferenciado, que leve em conta as trajetórias de vida e experiências prévias dos alunos. Durante o estágio supervisionado, observou-se que práticas fundamentadas na pedagogia dialógica de Freire (1996) se mostraram mais eficazes em motivar os estudantes, promovendo a construção coletiva do conhecimento.

Ademais, o uso de metodologias interdisciplinares provou ser uma estratégia valiosa na EJA. Segundo Santos e Ribeiro (2023), a integração entre diferentes áreas do conhecimento possibilita uma aprendizagem mais significativa e alinhada à realidade dos alunos. No contexto do estágio, atividades que combinavam Matemática e Língua Portuguesa facilitaram a compreensão dos conteúdos e aumentaram o engajamento dos estudantes.

Por fim, a necessidade de um currículo flexível e adaptado às realidades dos estudantes foi uma constatação essencial. Zabala (2018) ressalta que um currículo rígido pode desestimular a aprendizagem e aumentar os índices de abandono escolar. A experiência prática evidenciou que abordagens contextualizadas e metodologias ativas, como o uso de jogos educativos e estudos de caso, favoreceram a participação dos alunos e fortaleceram sua autonomia.

Dessa forma, a discussão reforça que, apesar dos desafios, a EJA continua sendo um espaço fundamental de transformação social. O aprimoramento contínuo das políticas educacionais e a capacitação docente são medidas essenciais para garantir a efetividade dessa modalidade de ensino e sua contribuição para a construção de uma sociedade que busca a equidade e a inclusão.

## 6 CONCLUSÃO

O estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não apenas proporcionou uma experiência prática significativa, mas também destacou a importância fundamental de alinhar teoria e prática pedagógica em ambientes complexos e desafiadores. Esse período de imersão permitiu observar de perto a dinâmica educacional dentro de um contexto diversificado, evidenciando tanto as potencialidades quanto as limitações estruturais presentes no ambiente educacional.

A efetividade das práticas pedagógicas se mostrou profundamente ligada à valorização dos saberes prévios dos estudantes, estratégia que se alinhou aos princípios freirianos de educação como um processo de construção conjunta e dialógica do conhecimento. Essa abordagem foi crucial para engajar os estudantes da EJA, promovendo um aprendizado relevante e contextualizado, como observado nas atividades de formação de palavras e contextualização matemática.

Os desafios enfrentados, como resistência inicial dos alunos e limitações estruturais, reforçaram a necessidade de uma formação docente abrangente e contínua que prepare os professores para a diversidade e adversidade do contexto educacional. É imperativo que tal formação inclua habilidades para mediação de conflitos e adaptação às especificidades dos alunos.

Além disso, o estágio ressaltou a urgência de políticas públicas mais robustas e efetivas para atender às demandas da EJA, as quais frequentemente se veem limitadas por recursos escassos e infraestrutura inadequada. A superação dessas barreiras é crucial para que a EJA possa cumprir seu papel de espaço de inclusão e transformação social.

Por último, os impactos positivos observados, como o fortalecimento das relações interpessoais e a valorização das identidades dos estudantes, sublinham a importância de uma prática pedagógica que não apenas transmita conhecimento acadêmico, mas também promova a dignidade humana e a cidadania. A experiência reafirmou a relevância da EJA como um caminho para a emancipação social, destacando a necessidade contínua de investimento em educação de qualidade para todos.

Esta trajetória de aprendizagem e reflexão reitera a concepção de educação, conforme Paulo Freire, como um ato de liberdade e transformação, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. O desafio que persiste é assegurar que cada estudante da EJA tenha essa oportunidade, independentemente de sua idade, origem ou condição social. Essa conclusão busca refletir criticamente sobre a experiência do estágio, destacando a intersecção de teoria, prática e política educacional no contexto da EJA.

## REFERÊNCIAS


ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e lutas sociais. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação de Jovens e Adultos: desafios históricos e contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2012.

BENVENUTTI, Delva Bertoldi; PAULO, Fernanda dos Santos. Currículo e avaliação da aprendizagem no projeto Escola Cidadã. Revista Contexto & Educação, v. 39, n. 121, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.15618. Acesso em: jan. 2025.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: dez. 2024.

COSTA, Marisa Vorraber; ALMEIDA, Júlio César. Educação e diversidade cultural: diálogos contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 2024.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SOARES, Leôncio. Educação e emancipação na EJA: fundamentos e práticas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOLINELLI, Igor; CAMPANERUT, Franciane Zanetti. O desenvolvimento do currículo a partir do conceito de competências da BNCC em itinerários para EJA. Dataset Reports, v. 3, n. 1, 2024.

GONÇALVES, Marina; PRADO, Júlio. Formação docente e diversidade na EJA: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2023.

HADDAD, Sérgio. Políticas públicas para a EJA: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2022.

LIMA, Adriana; OLIVEIRA, José Augusto. Metodologias ativas na educação de jovens e adultos: teoria e prática. Florianópolis: Insular, 2022.

LOCH, Jussara Margareth de Paula; MARTINS, Ricardo. EJA e inclusão social: experiências pedagógicas em contexto brasileiro. Porto Alegre: Mediação, 2019.

MORAES, Carlos Eduardo. Inclusão escolar: desafios e avanços na educação brasileira. Curitiba: Appris, 2021.

PEREIRA, Gabriel Silveira; SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. Práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem no PROEJA. Redin, v. 13, n. 1, p. 397-416, 2024.

SANTOS, André Felipe Costa; SILVA, Maria Lucenir de Sousa da; SOUSA, Clarilza Prado de. Análise psicossocial da avaliação da aprendizagem na EJA no contexto pandêmico, em Boa Vista (RR). Revista Educação e Emancipação, v. 17, n. 2, p. 57–78, 15 ago. 2024. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/23539. Acesso em: dez. 2024.

SANTOS, Mariana; RIBEIRO, Cláudio. Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas na EJA: um olhar crítico. Campinas: Papirus, 2023.

SCHNEEBERGER, André Henrique; BENVENUTTI, Dilva Bertoldi; DICKMANN, Ivo. Qualificação da avaliação na EJA. Revista Teias, v. 25, n. 77, 2024.

SOUZA, Carolina; CARVALHO, Ana Paula. Políticas públicas e desafios da EJA no Brasil contemporâneo. Brasília: Liber Livro, 2020.

VALLE, Júlio César Augusto do. Experiências pedagógicas com a EJA pelo Brasil: uma atividade extensionista articulando formação inicial e formação continuada de professores. Prêmio Professor Rubens Murillo Marques: Experiências docentes em licenciaturas, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18222/fcc-pprmm2024_5. Acesso em: nov. 2024.

VIEIRA, Cristina. A EJA no contexto da Constituição de 1988. Educação e Sociedade, Campinas, 2004a.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004b.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.